



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)

**Data da reunião:** 13/05/2025

**Presidente:** Senadora Professora Dorinha Seabra

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>PL 2/2021</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Leila Barros</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Astronauta Marcos Pontes	Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação que apresenta.	<p>O PL altera o Estatuto da Cidade para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse, para a visitação pública. Para tanto, acrescenta o inciso XX ao art. 2º da Lei para incluir, entre as diretrizes gerais da política urbana, o livre acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública. Acrescenta também o inciso VIII ao art. 42-B do Estatuto da Cidade, para incluir, entre os conteúdos obrigatórios dos planos de expansão urbana, a instituição de limitações e servidões de direito público necessárias para a implementação dessa diretriz.</p> <p>O relator vota pela aprovação do PL com emendas de redação para remover a palavra “livre” do novo inciso a ser inserido no art. 2º do Estatuto da Cidade; e para corrigir a numeração dos incisos acrescidos aos art. 2º e 42-B da Lei 10.257/2001, em virtude de alterações ocorridas após a apresentação do projeto.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. A votação será nominal;</li><li>2. Em 18/11/2024, foi apresentado novo relatório;</li><li>3. Em 26/11/2024, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito;</li><li>4. A matéria constou da reunião do dia 25/03/2025, quando foi lido o relatório ficando sua deliberação adiada;</li><li>5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.</li></ol>
2	<p><b>PL 5372/2020</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da</p>	Senador Beto Faro	Pela aprovação.	<p>O PL modifica a Lei 6.088/1974 para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). <b>Autoria:</b> Senador Zequinha Marinho <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>			1. A votação será nominal; 2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 10/12/2024 e do dia 25/03/2025; 3. A matéria possui parecer aprovado da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE; 4. Em 10/04/2025, o relator, Senador Beto Faro, apresentou novo relatório; 5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.
3	<b>PL 2093/2021</b> <b>Ementa:</b> Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Jorge Seif	Pela aprovação.	O projeto cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa, com indicação dos municípios que a comporão. O eixo central da Rota abrangerá o trajeto das rodovias BR-101 e BR-280. Os atrativos turísticos consubstanciados na Rota receberão o apoio dos programas oficiais voltados ao fortalecimento da regionalização do turismo.  1. A votação será nominal; 2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.
4	<b>PL 2121/2022</b> <b>Ementa:</b> Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Eduardo Girão	Pela aprovação.	O PL 2121/2022 inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.  1. A votação será nominal; 2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.
5	<b>PL 2154/2022</b> <b>Ementa:</b> Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Jorge Seif	Pela aprovação.	O PL 2154/2022 cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Barra Velha, Balneário Piçarras, Penha e Navegantes, que compõem uma faixa litorânea contínua no litoral norte do Estado. A Rota se destina aos segmentos de turismo de praia, de esportes náuticos, cultural, histórico, religioso, gastronômico e de natureza. O objetivo da criação da rota é o de estimular o desenvolvimento das atividades turísticas nos municípios indicados. O projeto trata do apoio dos programas oficiais de fomento ao turismo para a estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos da rota.  1. A votação será nominal; 2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.
6	<b>PL 2800/2024</b>	Senador Cid Gomes	Pela aprovação.	O PL 2800/2024 cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina. A proposição trata dos objetivos da Rota e dispõe que os atrativos

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	<p><b>Ementa:</b> Cria a Rota Cênica da Estrada Velha de Urupema, no Estado de Santa Catarina.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Jorge Seif</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>			<p>turísticos nela consubstanciados receberão o apoio dos programas oficiais voltados ao fortalecimento da regionalização do turismo.</p> <p>1. A votação será nominal;</p> <p>2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.</p>
7	<p><b>PL 4728/2024</b></p> <p><b>Ementa:</b> Fica instituída a Rota Turística "Pacaraima-Rorainópolis", interligando municípios do Estado de Roraima pela BR-174 e rodovias complementares, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento do turismo regional e o desenvolvimento regional.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Mecias de Jesus</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Dr. Hiran	Pela aprovação.	<p>O Projeto 4728/2024 cria a Rota Turística Pacaraima-Rorainópolis, no Estado de Roraima, interligando os municípios do estado pela BR-174 e suas rodovias complementares. A criação da Rota tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região, mediante ações integradas nas áreas de turismo ecológico, cultural, histórico e gastronômico. A rota abrange os municípios de Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Normandia, Boa Vista, Cantá, Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí, Iracema, Caracará, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis, todos interligados pela BR-174. O projeto requer do Poder Executivo, por meio de programas de turismo regional, a oferta de apoio técnico e financeiro para auxiliar na estruturação, gestão e promoção de atrativos na referida Rota Turística.</p> <p>1. A votação será nominal;</p> <p>2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.</p>
8	<p><b>PL 3113/2023</b></p> <p><b>Ementa:</b> Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Efraim Filho</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Professora Dorinha Seabra	Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.	<p>O projeto visa a instituir a Política Nacional de Arborização Urbana (PNAU), que abrange princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e o gerenciamento da arborização urbana. Aplica-se a todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que sejam responsáveis, direta ou indiretamente, por ações relacionadas à implementação, à gestão integrada e ao gerenciamento da arborização urbana.</p> <p>A relatora apresentou emenda destinada a suprimir os arts. 40, 41 e 43 do projeto, que introduzem novos tipos penais e alterações na Lei dos Crimes Ambientais.</p> <p>1. Em 25/03/2025, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Rogerio Marinho;</p> <p>2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa</p>
9	<p><b>PL 6542/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados</p>	Senador Alan Rick	Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.	<p>O PL 6542/2019 altera a Lei 11.771/2008 para incluir a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).</p> <p>O voto é pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação para atualizar a designação dada ao Fundo Geral de Turismo.</p> <p>1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.</p>

Data da reunião: 13/05/2025

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	<a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>			
10	<b>PL 2117/2023</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Cid Gomes	Pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL nº 2117, de 2023, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.	<p>O projeto prevê a alteração da Lei 6.088/1974 para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).</p> <p>O relator propõe a declaração de prejudicialidade da proposição, tendo em vista que o dispositivo a ser modificado foi objeto de alteração pela Lei 14.053/2020, passando a prever que todas as bacias hidrográficas e litorâneas do Piauí e do Ceará estão incluídas na área de atuação da Codevasf, o que torna desnecessária a inclusão expressa da bacia hidrográfica do Rio Poti.</p> <p>1. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 25/03/2025, sendo adiada.</p> <p>2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.</p>
11	<b>PL 2592/2023</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas. <b>Autoria:</b> Senador Jayme Campos <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Efraim Filho	Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 01- CDR, de autoria do Senador Mecias de Jesus.	<p>O projeto altera a Lei 7.827/1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), para estabelecer que 25% dos recursos relativos a operações de crédito dos referidos fundos constitucionais serão direcionados a pequenas e microempresas. O projeto também determina que, ao final de cada trimestre-calendário, o montante de recursos não utilizado por pequenas e microempresas, exclusivamente por motivos de carência de demanda por parte dos tomadores, poderá ser acrescido ao montante disponível para os demais potenciais tomadores de empréstimos. A futura Lei entrará em vigor na data de sua publicação.</p> <p>O relator propõe a rejeição da emenda nº 1-CDR e aprovação, com emenda que apresenta, para que os efeitos financeiros da lei somente se iniciem no exercício financeiro subsequente ao da sua entrada em vigor, o que conferirá tempo para ajustes nos orçamentos dos fundos.</p> <p>1. Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa.</p>
12	<b>PL 4199/2024</b> <b>Ementa:</b> Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal. <b>Autoria:</b> Senador Sérgio Petecão <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Mecias de Jesus	Pela aprovação.	<p>O Projeto 4199/2024 propõe instituir o Plano Rios Livres da Amazônia com o objetivo de promover a navegabilidade e a conservação dos corpos de água na Amazônia Legal. A proposição abrange os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso, além de partes de Tocantins, Goiás e Maranhão.</p> <p>Organizado em 12 artigos, o projeto estabelece princípios, objetivos e diretrizes para a gestão das vias navegáveis na região amazônica e cria instâncias de governança, como Comitê Gestor e Comitês de Bacias Hidrográficas. A proposição também prevê a participação da sociedade civil e a adoção de medidas para educação ambiental.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Item	Identificação da matéria
13	<b>REQ 14/2025 - CDR</b> <b>Ementa:</b> Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, objetiva-se a discussão da exploração dos recursos minerais estratégicos com ocorrência nessa área. <b>Autoria:</b> Senador Beto Faro
14	<b>REQ 15/2025 - CDR</b> <b>Ementa:</b> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CDR, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que “altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar” sejam incluídos os seguintes convidados: a Doutora Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República, e o Senhor Carlos Alberto Pinto dos Santos, Coordenador de Relações Institucionais - CONFREM. <b>Autoria:</b> Senadora Augusta Brito

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.  
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.  
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).